

A INCLUSÃO DO ATENDIMENTO NA ESCOLA REGULAR DE ORIENTAÇÃO E MOBILIDADE DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Adávia Fernanda Correa Dias da Silva
Instituto Benjamin Constant
adaviavr@gmail.com

Simone Ferreira Conforto
Instituto Nacional de Educação de Surdos
sissaconforti@gmail.com

Geísa Pinto Pereira
Diretora da MUDART
gmudart@hotmail.com

Irany Gomes Barros
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Irany2012@yahoo.com.br

Wenderson Cardoso
Associação Amigos do Museu Arqueológico da Região de Lagoa Santa (AMAR)
wendersoncardoso.jor@gmail.com

Resumo: A educação da pessoa com deficiência visual, com perda total ou com baixa visão é possível na escola regular pública e privada de ensino em todos os níveis, mas desde que sejam ofertados os meios primordiais para a promoção da independência e autonomia. A pessoa com deficiência visual que se insere no ensino regular e não apresenta conceitos e práticas assimilados como: domínio do espaço, de locomoção e principalmente de orientação, certamente terá maior dificuldade em se adaptar a uma escola regular e ser parte do processo de uma educação inclusiva. O objetivo geral de analisar a inclusão da orientação e mobilidade na grade curricular dos alunos com Deficiência Visual. Quanto aos fins, a pesquisa terá abordagem mista, qualitativa e quantitativa descritiva com questionário estruturado com mais ênfase no significado do que na frequência do fato. A População e Amostra com pessoas com deficiência visual provenientes de escolas regulares. Para avaliar se a orientação e mobilidade é mais um recurso eficaz para a independência da pessoa com deficiência visual no ambiente escolar e social. Como conclusão a inclusão do atendimento de orientação e mobilidade na grade curricular de ensino dos alunos com deficiência visual na escola regular, pretende-se verificar se a orientação e mobilidade como um atendimento específico facilita o processo de inclusão escolar e social promovendo assim o sucesso pessoal, social e acadêmico da pessoa com deficiência visual.

Palavras-Chave: Deficientes visuais – Educação; Orientação e mobilidade; Educação inclusiva.

Introdução

Trata a presente pesquisa comprovar que o atendimento de orientação e mobilidade é imprescindível na grade curricular dos estudantes com deficiências visual. Devido à importância da orientação e mobilidade na inclusão escolar e social de alunos com deficiência visual consequentemente da sua importância ao acesso

a essa disciplina. A orientação e mobilidade (OM) não são oferecidas para os estudantes das escolas públicas ou privadas, objetivando avaliar o processo ensino-aprendizagem, em uma pesquisa de revisão de literatura em artigos e teóricos da área, objetiva-se apresentar a importância das técnicas aplicadas em OM e da qualificação do ensino para o bom andamento do processo de inclusão no sistema escolar brasileiro.

A questão de tornar acessível à educação para todos é um assunto recente em termos históricos. Passa-se um longo período onde a exclusão foi fato dominante e motivo de extermínios oficiais.

O fato de pessoas com necessidades especiais estarem dentro de um espaço não significa que elas estão incluídas. Tem que trabalhar pela equiparação de direitos e acesso de todos os meios de subsistência, aos bens culturais, aos bancos escolares, ao ensino de qualidade, etc. Proporcionar uma vida digna e com participação efetiva de todos.

Quando se fala de inclusão escolar deve-se usar a definição de Mel Ainscow “... inclusão significa o aluno estar na escola, participando, aprendendo desenvolvendo suas potencialidades”. Há uma relação entre estar/participar/aquisição de conhecimentos. Esta definição explica que primeiro tem que estar na escola, não adianta estar presente e não participar, para participar tem que ter condições para desenvolver as atividades resultando em aquisição de conhecimentos.

Não é correto apontar o professor como peça de resistência ao processo de inclusão. É uma visão reducionista. O professor é um parceiro, um sujeito importante do processo que inclui a sociedade como um todo. É muito fácil colocá-lo como empecilho para a inclusão. Pensando sobre uma escola inclusiva, percebe-se que há uma necessidade urgente de capacitação do professor em serviço.

A proposta de adaptações curriculares da educação especial apresentadas pelas leis vigentes tem como objetivo desenvolver a aprendizagem dos alunos com necessidades especiais. Para atender as especificidades e singularidades dos alunos a adaptação tem que andar junto com a inclusão.

A pesquisa apresenta dois pontos básicos, a OM e sua relação com o processo de inclusão do aluno com deficiência visual no ensino regular, neste caso, ensino fundamental, médio e superior, e a extensão deste processo à inclusão social.

Antecedentes e formulação do problema

A seriedade no panorama educacional brasileiro vem a cada dia acentuando o processo de modificação dentro das escolas públicas e privadas para uma adaptação em recebimentos de alunos com necessidades educativas específicas (NEE), neste caso pessoa com deficiência visual, em que os mesmos possam ser incluídos em turmas regulares de ensino e que também tenham condições de se ter uma orientação adequada e a sua mobilidade facilitada e respeitada pelas escolas e pela sociedade em que encontram inseridos.

A maior perda para os alunos com deficiência visual é a falta da habilidade de deslocar-se. São vários os fatores que interferem como: sociais, familiares ou até de convívio escolar podem estar favorecendo a esta dificuldade. Levando em conta que a maioria das metodologias de ensino do movimento são 100% visuais, isto é, os estudantes fazem seus movimentos copiando o professor. Mas com uma combinação de sentidos remanescentes, raciocínio lógico e consciência corporal a pessoa com deficiência visual minimiza esta particularidade.

Pessoas com deficiência visual passam pelas escolas regulares, escolas especiais e/ou instituições especializadas, sem ter acesso a orientação e mobilidade. Sem a OM a pessoa com deficiência visual usa seus instintos, tentativas e erros para caminhar sozinho e guia vidente para guia-lo. Isto é, deambular instintivo ou é acompanhado por toda uma vida por familiares e acompanhantes. Há exceções, pessoas com deficiência que andam com bengala sem ter auxílio profissional, mas a proporção dos que tem sua capacidade de adquirir conhecimentos por causa de sua dependência no deambular é imensa.

É sabido o quanto o papel da escola é importante para o desenvolvimento da pessoa com deficiência visual, mas sua dependência para outras pessoas na sua na orientação e mobilidade o impede de se posicionar até ao fazer uma pergunta a um palestrante em um auditório. Se não souber onde ele se localiza, o instinto da pessoa com deficiência visual é se virar para a caixa de som. É necessário propiciar a pessoa com deficiência visual a oportunidade de independência. Não precisa ser obrigatória, porque cada pessoa, dependendo do momento em que lhe é acometida a deficiência, tem seu momento adequado para o início do programa.

Como objetivo propor a inclusão da orientação e mobilidade na grade curricular dos alunos com deficiência visual.

A visão é o mais importante canal de relacionamento do indivíduo com o mundo exterior. A sua relevância humana destes indivíduos com a perda da visão trás consequências enormes para este indivíduo principalmente na área da locomoção perdendo a facilidade de poder ir e vir.

Segundo a Constituição Federal de 1988 no artigo n. 206, o princípio da educação é de oferecer igualdade de condições e permanência na escola. Sem esta premissa não podemos almejar o sucesso acadêmico, a formação plena e a futura inserção no mercado de trabalho.

A educação, como meio de mobilidade social, no modelo usado atualmente, privilegia àqueles que detêm a possibilidade de frequentar escolas mais adequadas ao padrão de exigências de mercado de trabalho. Para as pessoas com deficiência é legado um tratamento que limita ainda mais os cidadãos dentro de padrões valorados como inferiores.

Tem-se discutido e divulgado a necessidade de uma mudança urgente no âmbito educacional, com uma relevância contemporânea, que assegure, dentro de um processo de inclusão social/escolar, uma “Educação para Todos”. Este processo de inclusão tem-se baseado em documentos de âmbito internacional, entre eles, a Declaração Mundial de Educação para Todos (Jointem, Tailândia, 1990) e a Declaração de Salamanca (Espanha, 1994). No cenário brasileiro, a LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) n. 9394/96 - Artigos 12 (V e VI), 13 (III, IV e VI), 24 (V e VII), 32 (I e V), 58 e 59 (I e II) e os PCNs (Parâmetro Curricular Nacional) (1999).

De um modo geral, pode-se dizer que atualmente é uma época de discussão/transição de uma sociedade segregacionista – integrativa para uma sociedade inclusiva, que possibilita uma nova visão de mundo. A meta e desafio é adequar a escola às necessidades do aluno, literalmente “todos”, já que o ambiente de inclusão pressupõe uma distribuição democrática de oportunidades.

Nesse sentido de questionamentos e dúvidas, termos como: respeito às diferenças; educar na diversidade; trabalho coletivo; subjetividade, como parcerias entre as escolas especializadas e regulares vêm se intensificando.

A construção de uma sociedade inclusiva é um processo de fundamental importância para o desenvolvimento e a manutenção de uma sociedade democrática.

A orientação e mobilidade (andar com independência) são conhecimentos indispensáveis para a conquista da autonomia e, conseqüentemente, a independência e inclusão da pessoa com deficiência visual na escola e na sociedade. Na era da cidadania, a escola deve oferecer a todos os alunos,

indistintamente, a oportunidade de serem pessoas conscientes, ativas, reflexivas, críticas e preparadas para desempenharem seus papéis pessoais e sociais.

Esta pesquisa tem como relevância científica conhecer os aspectos do deficiente na história, inclusão, definição de orientação e mobilidade, legislações vigentes que define os direitos e deveres da pessoa com deficiência e os seus mecanismos para obter uma efetiva inclusão em sua vida cotidiana através da orientação e mobilidade, com vistas a mais completa e possível independência, favorecendo efetivamente a real inclusão da pessoa na sociedade e principalmente o direito ao acesso a disciplina orientação e mobilidade ao incluí-la na grade curricular do aluno com deficiência visual.

Inclusão

Segundo Werneck (1997, s. p.) “o conceito de inclusão tem se mostrado gradualmente perceptível na nossa sociedade”. Apresenta-se como um processo de constante evolução recebendo muitas influências e espalhando em diversas regiões do mundo, estratégias de reformulação às oportunidades e aos direitos de uma vida digna a todos.

O que isto quer dizer: a inclusão escolar está de acordo com um conceito universal de escola para todos que simboliza de igualdade, direitos e oportunidades para todos, mas encontra ainda sérias resistências. Estas se manifestam, principalmente, contra a ideia de que todos devem ter acesso garantido à escola comum.

A inclusão da pessoa com deficiência é garantida por lei, mas como ela é feita depende do bom senso dos profissionais ao verificar o que é necessário para que ela ocorra de fato, não apenas de direito. O desafio de incluir a pessoa com deficiência visual é dar igualdade de condição à sua interação com as pessoas e o meio ambiente.

Para propiciar um ambiente favorável à inclusão da pessoa com deficiência visual deve haver rotina e intervenção tanto em casa com a família como no ambiente escolar pela equipe multidisciplinar a fim de desenvolver uma aprendizagem diferenciada, com metodologias específicas, focadas na repetição e estimulação. É imprescindível para inclusão da pessoa com deficiência visual organizar um ambiente ativo, promovendo ele próprio a aprendizagem, ou seja, um ambiente que o convide a resposta. É indispensável considerar a abordagem multisensorial, as experiências táteis, principalmente se o indivíduo for totalmente cego, pois é uma das formas de adquirir informação sobre o meio em que está inserido.

Educação inclusiva

As acomodações pedagógicas modernas alusivas à educação das pessoas com deficiência visual, assim como a de todas as pessoas com outras deficiências, preceituam sua inserção no princípio escolar comum, como diz Silva que “na perspectiva de abolir as práticas segregacionistas que vêm norteando a educação desses alunos. Entretanto, no que tange à educação básica no ensino público e privado, a educação inclusiva tem representado um desafio” (SILVA, 2006, p. 23).

De acordo com Alves (2009, p. 16) em que explana que incluir, quer dizer deixar fazer parte, adaptando em todos os aspectos, mostrando o que fazer e o que aprender, através de atividades não só específicas mais também transformadoras e adaptadas, sempre voltando para o desenvolvimento das potencialidades e as habilidades de cada criança.

A presença física de crianças diferentes ao lado de outras em uma espécie de justaposição, não basta, obviamente. É preciso ainda que sejam beneficiadas não apenas com a inclusão física, mas também, com outra, funcional e social, isto é, com atividades que tornem membros da comunidade escolar, em interação com as outras. (PLAISANCE, 2004, p. 9).

Para uma realidade de escola regular inclusiva, o ensino deve adaptar-se de acordo com as necessidades do aluno, partindo de uma postura pedagógica com ênfase maior no aprimoramento de recursos humanos para área da Educação Especial. Esta é uma mudança de pensamento, que aprofunda a análise do papel da própria escola. Antes da perspectiva de inclusão, o aluno deveria adaptar-se às condições pré-estabelecidas, nessa nova ótica, ele é que deve servir de modelo.

Decreto n. 6.571/2008, que dispõe sobre o apoio da União aos sistemas de ensino para ampliar a oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE a estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação e estabelece o seu financiamento no âmbito do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação). “O atendimento educacional especializado - AEE é o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular” (BRASIL, 2008, s. p.).

Para Promover o atendimento educacional especializado é criada a Sala de Recursos nas escolas regulares:

- I - implantação de sala de recursos;
- II – formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado;
- III – formação de gestores, educadores e demais profissionais da escola para educação inclusiva;



- IV – Adequação arquitetônica de prédios escolares para acessibilidades;
- V- elaboração, produção e distribuição de recursos educacionais para acessibilidade; e
- VI – estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior. (BRASIL, 2008, s. p.).

Para capacitação dos professores, primeiramente é preciso disponibilizar recursos e treinamentos adequados para a capacitação dos docentes na área de NEE para que depois se exija dos professores uma educação de qualidade para as pessoas com deficiência. Atualmente o professor tem que estar preparado para lidar com a heterogeneidade, com alunos de necessidades educacionais específicas. A necessidade da capacitação de professores na área da educação especial é de imprescindível e a inclusão de matérias práticas e teóricas no currículo de formação de professores é um dos meios para sanar esse problema:

Consequentemente, não é de se espantar que ainda não tenha havido uma efetiva integração ou inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no sistema regular de ensino. O professor, no contexto de uma educação inclusiva precisa, muito mais do que no passado, ser preparado para lidar com as diferenças, com a singularidade e a diversidade de todas as crianças e não com um modelo de pensamento comum a todas elas. (GLAT; NOGUEIRA, 2003, s. p.).

Devem ser sugeridos também a inclusão destes temas nos cursos de Engenharia, Medicina e Enfermagem dentre outros. O conteúdo necessidades educacionais especiais poderiam ser incluídas em instituições públicas opções de habilitação em níveis de graduação e pós-graduação:

A inclusão, como consequência de um ensino de qualidade para todos os alunos, provoca e exige da escola brasileira novos posicionamentos e é um motivo a mais para que o ensino se modernize e para que os professores aperfeiçoem as suas práticas. (MANTOAN, 2002, p. 15).

O conhecimento sobre o conteúdo que o professor vai ensinar não deixa de ser importante, contudo o conhecimento de cada aluno e suas particularidades certamente terá influência direta nas atitudes a serem tomadas e que refletirão, mais tarde, no sucesso ou insucesso do processo de inclusão. O professor terá o papel de buscar informações e conhecimentos que possam dar suporte ao trabalho, tanto no conteúdo que leciona, quanto sobre a pessoa com deficiência que é o sujeito do processo. Levando em conta que o aprendizado é uma via de mão dupla, aprendendo tanto o professor quanto o aluno, já que, ninguém melhor para ensinar sobre a deficiência do que a própria pessoa com deficiência.

Essa mudança deve ter reflexos nos resultados obtidos pelas pessoas com deficiência, que assim consegue progressos significativos em relação à construção de seu conhecimento, por meio da adaptação das práticas pedagógicas à pluralidade dos aprendizes. Conseguindo assim atingir esse sucesso quando a escola regular

assumir que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas o resultado, em grande parte, do modo como o ensino é ministrado. Lembrando que não apenas as pessoas com deficiência são excluídas, mas também os estudantes pobres, os que não faltam porque trabalham, os que pertencem a grupos discriminados, os repetentes, entre outras particularidades.

Concordando com Maria da Glória de Souza Almeida diz que “A educação de alunos deficientes não é “especial” em si mesma. Toda a educação tem esse caráter, uma vez que promove a ascensão social, intelectual e humana do indivíduo, independentemente das condições físicas ou mentais que o afetam” (ALMEIDA, 2011, p. 60).

A deficiência visual não indica padronização de comportamento e características. É importante que o professor visualize esse panorama e perceba as possibilidades que ali estão conseguindo subtrair o que o aluno tem a oferecer.

Os estudantes com deficiência visual não compõem um grupo homogêneo como leigos tendem a pensar. Primeiramente os estudantes não “enxergam” igual, isto é, quando se fala em perda visual, pode ser desde perda total da percepção de luz até 03 na tabela de “snellen”.

Os alunos que são cegos, utilizam o braile, computador e outros elementos específicos para pessoas cegas. Os alunos com baixa visão, dependendo da patologia (o professor tem que se aprofundar muito), por exemplo: Uns tem dificuldade com luz, fotofobia; outro tem que utilizar luz incidente; uns tem visão central, então a letra tem que ser menor para que o aluno consiga capturá-la no seu campo visual; outro a letra tem que ser maior e afastar-se para a leitura etc.

O professor necessita ter uma capacitação técnica-pedagógica específica para fazer planos educacionais de acordo com as particularidades dos alunos com deficiência visual atendendo as necessidades dos educandos.

Metodologia

Método com abordagem combinará o método quantitativo com gráficos para demonstrar a frequência, que são caracterizados pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas.

É aplicada nas pesquisas descritivas e buscar descobrir e classificar a relação entre os questionamentos.

A pesquisa descritiva exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade. Para Triviños (1987, p. 112):

Os estudos descritivos podem ser criticados porque pode existir uma descrição exata dos fenômenos e dos fatos. Estes fogem da possibilidade de verificação através da observação. Ainda para o autor, às vezes não existe por parte do investigador um exame crítico das informações, e os resultados podem ser equivocados; e as técnicas de coleta de dados, como questionários, escalas e entrevistas, podem ser subjetivas, apenas quantificáveis, gerando imprecisão.

O levantamento de dados sobre as atitudes inclusivas dos alunos com NEE em deficiência visual e diferentes graus de visão. Realizada através de enquete por questionário levando a verificar o cotidiano em que ele está inserido.

Como local do estudo a pesquisa foi realizada com pessoas com deficiência visual. Os questionários foram enviados para pessoas com deficiência visual oriundas de escolas regulares, escolas especializadas, associações de deficientes, esportistas como por exemplo jogadores de Goalball¹.

Através desta pesquisa teremos elementos para avaliar se a orientação e mobilidade é mais um recurso eficaz para a independência da pessoa com deficiência visual no ambiente escolar e social, sendo assim indicando sua inclusão na grade curricular da pessoa com deficiência visual matriculada em qualquer nível escolar.

Resultados

Como foi indicado anteriormente é sabido que, dependendo da patologia, a pessoa com deficiência visual enxerga de maneira diferente. Este gráfico representa a variação de graus de visão dos participantes da pesquisa. Diversidade muito importante, pois deve-se verificar como o atendimento de orientação e mobilidade é recebido, principalmente em relação à bengala; como grau de deficiência visual temos: cego e baixa visão (adquirido), cego e baixa visão (congenito).

¹ O Goalball não é adaptado, foi um novo esporte criado pelo austríaco Hanz Lorezen e o alemão Sepp Reindle em 1946. O esporte foi voltado primeiramente para reabilitação de veteranos de guerra com perda visual. Começou a ser praticado no Brasil em 1985. As partidas são divididas em dois tempos de doze minutos cada e as equipes são formadas por três jogadores titulares e três reservas, sendo que todos atuam, simultaneamente, as funções de ataque e defesa. Para não serem beneficiados por algum tipo de percepção luminosa, todos os atletas utilizam vendas. Todos devem estar em total silêncio para que os atletas consigam identificar a localização da bola que contém um guizo para emitir som. A quadra mede 9m de largura por 18m de comprimento.

Apesar da variedade de patologias verifica-se um índice maior em Retinose pigmentar e retinopatia diabética. Retinose pigmentar é congênita e facilmente é identificado mais de um caso de deficientes na família. Retinopatia Diabética, como o nome revela, são de pacientes diabéticos que, conforme o controle da mesma, pode adiar ou antecipar a cegueira. Sempre tendo em foco que nem sempre os diagnósticos são fechados.

A pessoa com deficiência visual tem muita dificuldade, principalmente quando a deficiência é recente, em caminhar sozinha. Por insegurança, dela e muitas vezes da família, a pessoa utiliza de acompanhante. E este caminhar sozinho é muito pela conveniência, caminha sozinho em casa, mas não em ambientes externos.

A OM, para ser administrada para uma pessoa com deficiência visual, não precisa fazer um programa completo com todas as técnicas existentes. Ela pode ser dada de acordo com a condição física e emocional da pessoa. Ela pode pedir para reconhecer o local que de estudo, pedir para aprender a usar transporte público e as vezes até para se locomover em casa. A orientação e mobilidade mais eficaz é a funcional, a que atende a necessidade da pessoa com deficiência visual no momento em que procura o atendimento.

Discussão

É conferido pelas respostas que muitos dos que possuem a bengala e não a usa por vários motivos. Mas o motivo que chama mais atenção e que utilização da bengala remete muito ao preconceito. Ao mesmo tempo que abre caminhos facilitando a identificação do deficiente visual como entrar e sentar-se no ônibus, solicitar ajuda etc. esta identificação é vista como “sou diferente, me tratem de maneira diferente.”

A bengala como uma das respostas diz passa uma mensagem: sou cego. Mas esta máxima não é verdadeira. Pessoas com baixa visão também usa a bengala, mas ela passa o estigma da cegueira. Muitas pessoas com deficiência visual não gostam dessa mensagem e pessoas que adquiriram a deficiência durante a vida tem mais dificuldade de aceitá-la.

Algumas pessoas com deficiência visual preferem ignorá-la até quando a necessidade se apresenta. Está registrado o caso de um aluno na faixa dos trinta anos que só resolveu usar a bengala quando arrumou uma namorada que morava em um lugar de difícil acesso. Aprendeu a usar a bengala em tempo recorde e agora são casados. Em outros casos há alunos que, mesmo com perfeita saúde física, preferem andar com acompanhantes a aprender a usar este objeto único.

Conclusões

Foi constatado a partir do estudo do terceiro objetivo que foi descrever propostas sobre a relevância do atendimento de orientação e mobilidade como fator de inclusão social e educacional de pessoas com deficiência visual, que as pessoas com deficiência visual devem entrar em contato com a orientação e mobilidade mais cedo do que atualmente é feito. As habilidades oferecidas pelo atendimento de orientação e mobilidade é benéfica para a inclusão da pessoa com deficiência. Com uma equipe de profissionais preparados, podemos aplicar este atendimento específico na grade curricular das escolas que recebem pessoas com deficiência visual.

Como é destacado por muitos profissionais da educação que defendem a inclusão, o ingresso da pessoa com deficiência visual na escola regular e conseqüentemente na sociedade é um momento decisivo. A pessoa entra em contato com a diversidade cultural transmitida pelas gerações, um lugar onde aprendem a aceitar as diferenças, adquirem o conceito de sociedade inclusiva, a coexistir com pessoas de diferentes raças, religiões e situações socioeconômicas, além de pessoas com deficiência diferente da visual, percebendo a vantagem e a virtude da convivência com o diferente.

Se fosse o suficiente, para haver inclusão escolar, colocar o aluno fisicamente na sala de aula, precisaria apenas de um colega ou um professor, uma pessoa vidente de boa vontade, podendo ser até um familiar, para levá-lo e colocá-lo na carteira no começo das aulas e buscá-lo no final. Ele esperaria uma boa vontade alheia para tudo: um colega para uma conversa, um professor para parar a explanação para perguntar se está tudo bem, uma servente para perguntar por que não está comendo (pois ficou com vergonha para falar que não comia certo alimento).

Foi incluída essa “boa vontade” porque no processo de inclusão da pessoa com deficiência, ela deve perceber que as pessoas não vão ficar a sua volta ou a adivinhar o que ele quer. Essa dependência com o tempo torna-se cansativa e aos poucos torna emocional. A pessoa com deficiência visual pode e deve participar ativamente no processo de inclusão, para que ele seja um processo construído e não imposto. A lei assegura que a verdadeira inclusão é a escola/sociedade que deve se adaptar ao aluno/pessoa com deficiência, mas a realidade é uma via de mão dupla.

Referências

ALMEIDA, Maria da Glória de Souza. **Educação e o Deficiente Visual**. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia

Universidade Católica do Rio de Janeiro do Departamento de Letras, 2011.

ALVES, Denise de Oliveira. MEC/ SEESP. Coordenadora Geral de Articulação da Política de Inclusão nos Sistemas de Ensino. **Inclusão: R. Educ. esp.**, Brasília, v. 4, n. 1, p. 7-17, jan./jun. 2009.

AINSCOW, Mel. **Processo de Inclusão é um processo de aprendizado:** Educação especial: Entrevista com Mel Ainscow. Disponível em:
<http://www.crmariocovas.sp.gov.br/ees_a.php?t=002>. Acesso em: 20 mar. 2016.

BRASIL. **Decreto n. 6.571 de 17 de setembro de 2008.** Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6571.htm> Acesso: 20 jan. 2015.

GLAT, R.; NOGUEIRA, M. L. L. Políticas Educacionais e a Formação de Professores para a Educação Inclusiva no Brasil. In: **Revista Integração**, Brasília: Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Especial, v. 14, n. 24, 2002. Disponível em: Acesso em: 16 dez. 2015.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Ensinando a turma toda: as diferenças na escola. Pátio: revista pedagógica, Porto Alegre, v. 5, n. 20, p.18-28, fev./abr. 2002.

PLAISANCE, Eric. Sobre a inclusão: do moralismo abstrato à ética real. São Paulo: CENEP/CAPE, 2004. Disponível em: <<http://cenp.edunet.sp.gov/>>. Acesso em: 21 fev. 2015.

SILVA, Adilson Florentino da; CASTRO, Ana de Lourdes Barbosa de; CASTELO BRANCO, Maria Cristina Mello. **A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais:** deficiência física. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

WERNECK, C. **Ninguém vai ser bonzinho na Sociedade Inclusiva.** Rio de Janeiro: WVA Ed, 1997.